

Relação China-Brasil e a Teoria da Dependência

Camila Aparecida de Oliveira

Tamires Barbosa Araújo

Thaís dos Anjos Mendes

Resumo

O presente artigo propõe analisar as relações econômicas entre as economias brasileira e chinesa ao longo dos últimos 20 anos. A priori, serão abordados temas de grande relevância para os debates econômicos no período acerca da exposição da economia brasileira no setor externo, quais sejam o desenvolvimentismo e a teoria da dependência. Logo após, será apresentado um panorama geral das duas economias, seguida por uma correlação entre elas, através da análise de dados. Por fim, será possível identificar as oportunidades de crescimento e os riscos de vulnerabilidade externa existentes nas relações Brasil-China. Para tanto, a pesquisa valeu-se de fontes primárias e secundárias, tanto na obtenção de dados quanto nos estudos bibliográficos.

Palavras chaves: Relações Brasil-China, Teoria da dependência

Abstract

This paper proposes to analyze the economic relations between the Brazilian and Chinese economies over the last 20 years. A priori, topics of great relevance to the economic debates in the period about the exposure of the Brazilian economy in the external sector will be addressed, namely developmentalism and the theory of dependency. Afterwards, an overview of the two economies will be presented, followed by a correlation between them, through data analysis. Finally, it will be possible to identify the growth opportunities and the risks of external vulnerability that exist in Brazil-China relations. Therefore, the research used primary and secondary sources, both in the scope of data and in bibliographic studies..

Key words: Brazil-China Relations, Dependency Theory

1. INTRODUÇÃO

A China é a segunda maior potência mundial e atua como principal parceiro de importação e exportação do Brasil, e ao que tudo se mostra, o grau de dependência do Brasil para com a China pode ser considerado crônica. Exportamos 64 bilhões para China, enquanto nosso segundo maior parceiro é os EUA com 21 bilhões e o terceiro é a Argentina com 7 bilhões.

Ao longo desses últimos 20 anos é possível analisar os impactos dessa parceria na economia brasileira e realizar alguns comparativos sob a ótica da teoria da dependência. No cenário atual, encontramos a China com uma economia rica em tecnologia, com uma vasta área territorialista e com maior número de habitantes do mundo. E do outro lado encontramos o Brasil, um país subdesenvolvido com seu mercado principal sendo agronegócio, além de carnes, petróleo etc., cujo seu maior número de exportações ocorre para China, tornando-a a principal parceira do Brasil além de gerar preocupação quanto ao mercado nacional, por razões dos produtos manufaturados importados serem uma grande concorrência para o produto nacional.

Este artigo tem como objetivo apresentar além de questões comerciais, mas também, investimentos dentre os dois países, demonstrando as perspectivas favoráveis em questões macroeconômicas e desfavoráveis quanto ao mercado interno brasileiro. O propósito é demonstrar como as duas economias são distintas e como ambos os países se encontram atualmente na economia demonstrando através da balança comercial.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria Marxista da Dependência

A Teoria da Dependência pode ser considerada uma resposta ao pensamento desenvolvimentista cepalino, surgido em meados de 1960, que apesar de ter trazido diversos benefícios ao debate econômico, não teve o êxito esperado de mudança estrutural. Tal teoria apresenta duas vertentes, uma baseada nos pensamentos Marxista cujos principais autores são Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Andreas Gunder Frank e Vânia Bambirra, e a outra nos pensamentos Werberiano, apresentada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto.

A inserção da América Latina ao Mercado Internacional se deu dentro do contexto da Revolução Industrial, em que as economias desenvolvidas da Europa passam a ofertar cada vez mais bens manufaturados para o resto de mundo e para tanto demandava cada vez mais matérias primas e alimentos das nações menos desenvolvidas, resultando em uma divisão internacional do trabalho, ou seja, uma relação centro-periferia, em que observa-se um desenvolvimento cada vez maior na base tecnológica e industrial dos centros (produção de mais-valia relativa). Assim, segundo Marini (1973), entende-se por dependência:

“uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

Para o autor, a participação da América Latina no mercado internacional contribuiu aos países industrializados deslocarem o eixo de acumulação da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, uma vez que sua oferta resultava na redução dos preços dos bens primários (bens-salários) e acaba influenciando na redução do valor da força de trabalho necessária para a geração do mais-valor, ou seja, a acumulação estaria atrelada agora ao aumento da produtividade. Todavia, o aumento na oferta de bens primários e da produtividade nos centros não resultou em redução dos preços dos bens manufaturados, visto que por apresentarem valor agregado, seus preços são menos sensíveis à variação. Em razão disso, o comércio entre centro-periferia se dá através de uma troca desigual de renda, em outros termos, os valores gerados nos países dependentes são transferidos e acumulados nos países centrais. É necessário, portanto, que haja uma compensação dos valores transferidos aos centros no processo produtivo interno. Visto que os países periféricos não possuem capacidade tecnológica suficiente para o aumento da produtividade, tal compensação se dará através da exploração do trabalho, valendo-se de três mecanismos, sejam eles, o aumento na amplitude do trabalho (produzir mais na mesma jornada), maior tempo da jornada de trabalho (tempo de trabalho excedente) e apropriação de parte de consumo do trabalhador. São esses mecanismos voltados ao uso intenso da força de trabalho e não na produtividade que faz com que mantêm o trabalho com pouco valor e haja uma alta exploração do trabalho. Esta alienação do trabalho coloca o trabalhador em condições de subsistência.

Outro aspecto a ser considerado é que mesmo em condições de exploração do trabalho, os países periféricos desenvolveram uma indústria interna, no entanto, tal desenvolvimento se deu a partir de interesses imperialista, dado que a existência da superexploração do trabalho na fase inicial do ciclo do capital industrial, abordado por

Marx em “O Capital”, contrata-se força de trabalho a valores abaixo, gerando assim uma baixa capacidade de consumo por parte dos trabalhadores que é compensada com a venda do excedente de produção a níveis internacionais. De acordo com Marini,

“A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda pré-existente, e se estruturará em função das exigências de mercados procedentes dos países avançados.” (Marini., 1973, p:340)

Assim, conforme aborda o autor, a industrialização nos países dependentes se dá através de uma contradição social uma vez que existe duas esferas de consumo, a esfera alta, atendida pelo mercado externo, e a esfera baixa, representada pela classe trabalhadora. No primeiro momento da industrialização, se diante de cenário em que a esfera alta de consumo não consegue atender suas necessidades pois, em razão da escassez de dólar no período, é impossibilitada ao acesso do mercado internacional, passa a ser atendida pela produção doméstica. Por outro, lado a esfera baixa permanece irrelevante para esta produção uma vez que, dado aos baixos salários demandam produtos de subsistência. Aqui instala-se uma situação monopolística acrescidas de barreiras alfandegarias que protegem economia nacional, desta forma, conforme Marini, é possível que os capitalistas elevem o valor unitário de mercado acima do valor de produção, permitindo uma margem de lucro maior que a margem média se comercializassem a preço de produção, ou seja, ocorre aqui uma transferência de renda da classe trabalhadora para o capitalista. Adicionalmente, destaca-se que neste momento a produção é composta por mercadorias com baixo nível tecnológico, o que torna o preço de produção mais próximo do valor do capital variável (salários) que o capital constante, ou seja, a alta exploração do trabalho é preservada, mesmo diante da industrialização.

Marini traz ainda, que dado ao equilíbrio entre a quantidade demanda por bens manufaturadas e a quantidade ofertada, exige-se que o capitalista busque o aumento da produtividade do trabalho para que seja capaz reduzir os preços das mercadorias para que mantenha se as vendas. Haveria neste cenário uma oportunidade de mudança nos padrões sociais caso houvesse tecnologia desenvolvida e escassez de mão de obra, no entanto, para um capitalista, cujo interesse é auferir lucro, vale-se de tecnologias já existente do mercado externo. Esses bens de capitais normalmente já obsoletos. A inserção da tecnologia nas economias dependentes, reforça a desigualdade social, pois não engloba a massa de trabalhadores desempregados.

2.2 Teoria da Dependência e os pensamentos Weberianos

A vertente da Teoria da dependência, baseada nos pensamentos de Weber, foi idealizada pelos autores Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, a qual parte da rejeição do princípio que afirma que a condição de subdesenvolvimento dos países Latino-Americanos seria superada repetindo os passos dados pelos países desenvolvidos. Mas que deveria ser adotadas análises que levassem em consideração os acontecimentos históricos e estruturais, ou seja, deveria ser analisadas as peculiaridades no processo de desenvolvimento de cada país e sobretudo à sua integração ao mercado mundial.

Ao que se refere a formação social, os autores se contrapõem à ideia de que as sociedades latino-americanas tinham uma formação “tradicional” que ao longo do tempo direcionava para a chamada sociedade “moderna”, ou seja, existia um certo dualismo estrutural. Esta estrutura pode ser invalidada, pelas seguintes razões nos dizeres dos autores,

“É possível criticar este esquema com certo fundamento segundo dois pontos de vista. De um lado, os conceitos “tradicional” e “moderno” não são bastante amplos para abranger de precisa todas as situações sociais existentes, nem permitem distinguir entre elas os componentes estruturais que definem o modo de ser das sociedades analisadas e mostram as condições de seu funcionamento e permanência. Tampouco se estabelecem, por outro lado, nexos inteligíveis entre as diferentes etapas econômicas – por exemplo, subdesenvolvimento, desenvolvimento através de exportação ou substituição de importação etc. – e os diferentes tipos de estrutura social que pressupõem as sociedades “tradicional” e as “modernas”.”

Além disso, a teoria traz que o atraso do desenvolvimento na região não se dá tão somente por fatores externos, mas um conjunto de fatores tanto estrutural quanto das ações de grupos sociais determinantes para o processo desenvolvimento. Era necessário, por tanto, uma análise dos fatores histórico-estruturais, avaliando os fatores externos e internos, neste processo de modernização do que apenas variáveis exógenas.

Essa corrente de pensamento da dependência deixa claro que a modernização não se dá apenas por fatores naturais, mas também pela interação dos grupos sociais e classes, que ao exporem seus interesse e denominação perante o restante da sociedade, contribuem para as modificações nas estruturas políticas e sociais, levando ao surgimento de um sistema socioeconômico. Ou seja, o desenvolvimento é por si só um processo social, conforme FCH e Falleto,

“Dessa maneira, considera-se o desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema socioeconômico. A estrutura social e política vai se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, suas forças e sua dominação ao conjunto da sociedade.” (Cardoso, Falleto, pag 503)

2.3 Relações Comerciais com o exterior

Diversos são os motivos para que um país tenha relação comercial e financeira com o resto do mundo. Dentre eles estão a diversidade de condições de produção e as possibilidades de redução de custos na produção, conforme Gremaud, Vasconcellos e Junior (2007, p.542), além de possibilitar a acesso a diversidade de bens ao consumidor, favorecer o progresso tecnológico e expandir as possibilidades de investimentos. É diante de tais razões que surgem variadas teorias do comércio internacional.

A primeira delas, é conhecida como Teoria Clássica do Comércio internacional, elaborada por David Ricardo em 1817, parte do princípio das vantagens comparativas, que sugere que cada país deve se especializar em um produto que é relativamente mais eficiente na produção e importar produtos os quais não tem eficiência produtiva a preço relativamente mais baratos que o custo necessário para sua produção. A

teoria por tanto, defende a liberação do comércio internacional sem a existência de medidas protecionistas. Tem-se uma outra corrente chamada estruturalista que traz uma crítica à Teoria Clássica afirmando que o comércio internacional é prejudicial no longo prazo uma vez que a demanda não cresce proporcionalmente ao nível de crescimento da renda, o que gera uma deterioração nos termos de troca. Há uma terceira teoria, a teoria moderna do comércio internacional; ela se opõe ao modelo clássico ao considerar em seu modelo (modelo de Heckscher-Ohlin) não apenas a mão-de-obra como fator de produção, mas incorpora também o capital, assim a ideia principal é que os países tendem a se especializar na produção daqueles bens que demanda do fator de produção abundante no país e importam os bens cuja produção dependa de maior quantidade do fator escasso. Por fim, surgiram algumas críticas ao modelo de Heckscher-Ohlin que são conhecidas como a nova teoria do comércio internacional, nas quais destacam-se os autores Paul Krugman e Staffan Linder. Tais teorias trazem aspectos como a economia de escala, onde países idênticos em termos de produção e gastos autônomos pode se beneficiar com os rendimentos crescentes, em um cenário onde não há concorrência perfeita, mas algum grau de monopolização. Outro aspecto é o padrão de comércio intra-industrial no qual os bens a serem exportados são aqueles que já atendem o mercado doméstico, por isso, as relações se dão normalmente com países com estrutura de demanda similares. Por fim, o aspecto de ciclo do produto trazida por Vernon, explicando que países pioneiros na produção são capazes de inovarem em razão da disponibilidade de mão-de-obra qualificada, estrutura da demanda e investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D), até o ponto que apresentam padronização na produção, dessa forma, países menos desenvolvidos são capazes de seguir as padronizações e exportar tais produtos também, ficando a cargo dos países desenvolvidos a oferta dos chamados produtos *hightech*.

Diante do exposto, é possível destacar os debates que permeiam a liberalização do comércio externo. Segundo Gremaud, Junior e Vasconcellos (2007, p. 550), para aqueles que são favoráveis à abertura comercial, apresentam-se dois pontos que justifique as relações externas. O primeiro, partindo do pressuposto que o consumidor valoriza a diversidade de opções de consumo, o comércio internacional promove o bem-estar da coletividade ao possibilitar uma aplicação na variedade de produtos. Por outro, com maior concorrência as empresas devem buscar ganhos de escala, o que só é possível através do aumento de produtividade, ou seja, são necessários ajustes tecnológicos para que haja volume de produção a custos unitários inferiores.

Já no que tange à discursão de cunho protecionista, os autores trazem que uma das justificativas para a proteção do mercado interno é que a concorrência não é perfeita e faz-se necessária a defesa da indústria nascente, uma vez que os investimentos nacionais, diante da abertura externa, tendem a ser considerados inferiores. Outro argumento é que a possibilidade de rendimentos crescentes de escala tende a levar a situações monopolísticas. Além disso, como é elevado o custo para a criação de novos produtos, países que são pioneiros na produção têm maior probabilidade de se estabelecer, em outros termos, existe aqui barreiras à entrada de novas empresas. Resumidamente, a abertura comercial não é viável diante da existência de falhas de mercado.

Além dos debates sobre a viabilidade ou não da abertura comercial um ponto presente nos debates e na literatura é a vulnerabilidade externa.

3. RELAÇÃO CHINA-BRASIL

3.1. Economia Chinesa

A China é o maior país da Ásia Oriental, com 1,41 bilhão de habitantes e é considerada a maior economia mundial em poder de compra e a segunda potência mundial com PIB de aproximadamente 14,7 bilhões de dólares.

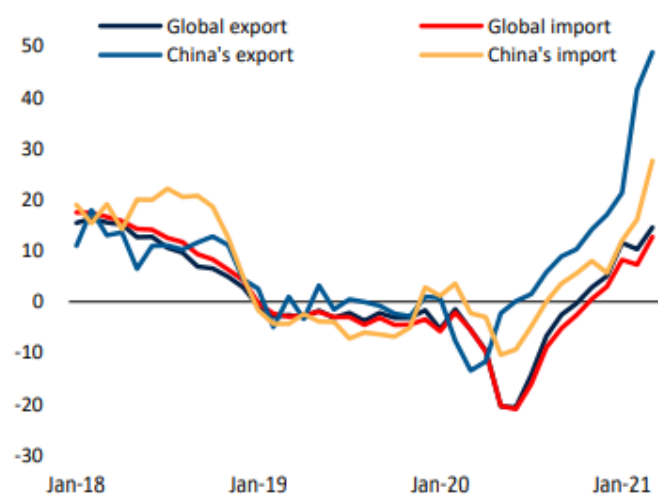
Segundo Chang 2004 e Evans 2004,

“O caminho para o desenvolvimento não é tão simples como apontado por Adam Smith quando ele dizia que ‘pouco mais é necessário para conduzir uma nação do mais baixo barbarismo até o mais elevado grau de opulência do que paz, impostos razoáveis e uma administração tolerável da justiça; tudo o mais sendo trazido pelo curso natural das coisas’. Além da justiça e da segurança, vários pré-requisitos são necessários para que o “curso natural das coisas”, ou seja, as forças de mercado, produzam resultados favoráveis. Infraestrutura de transportes e energia, sistema financeiro avançado, capacidade empresarial e técnica e contexto de estabilidade são alguns requisitos necessários. O cumprimento dessas funções demanda certo grau de capacidade estatal, que tende a ser maior quanto mais retardatário é o processo de industrialização” (Apud Guimaraes, 2012 p. 104).

O país que até então era empobrecido, focado na sociedade rural e voltado para ele mesmo, começou mudar a partir de 1978 com o comando do partido Comunista e início da reforma econômica; segundo o World Bank, o PIB da China teve crescimento médio de até 10% ao ano, com investimentos em tecnologia, modernização e infraestrutura, com produções em grande escala e mão de obra barata a partir do mesmo período.

Atualmente a China é o país que mais exporta para o mundo e o 2º país que mais importa, ficando atrás dos Estados Unidos e, as exportações e importações mantiveram crescimento em 2021, segundo o World Bank a China aumentou 40% e 30,5% nos primeiros 5 meses do ano.

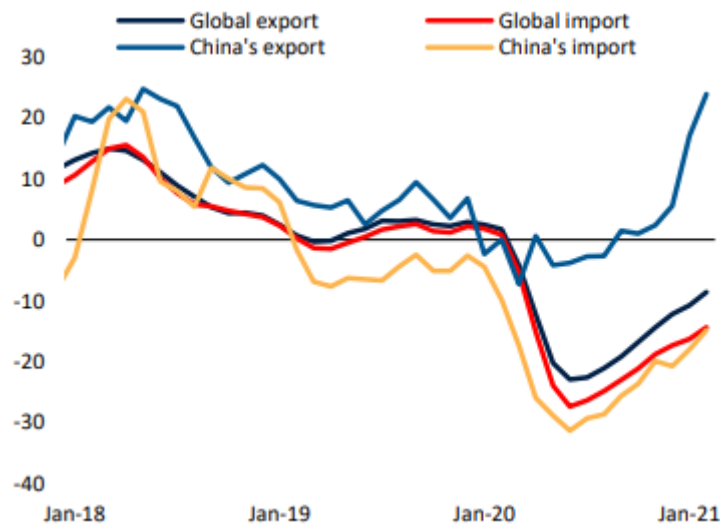
Figura 1: Produtos exportados em USD



Fonte: World bank (2021)

Em relação a serviços, enquanto cresce as exportações de serviços Chineses, a importação de serviços de outros países diminuiu assim como globalmente, principalmente pós pandemia do Covid19.

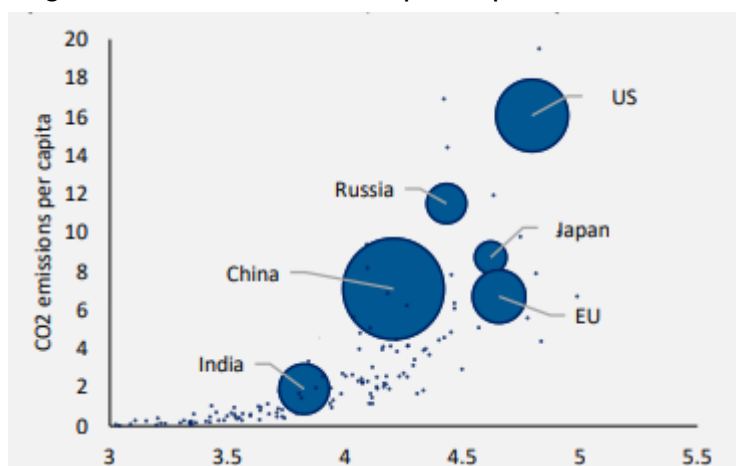
Figura 2: Serviços importados em USD



Fonte: World Bank (2021)

Para equilibrar o crescimento e desenvolvimento do país, a China tem investido em assuntos sobre sustentabilidade, controles de poluição e meio ambiente. Atualmente o país é o principal emissor de dióxido de carbono no mundo e tem um projeto junto ao Banco Mundial para construir uma sociedade mais moderna, harmoniosa e verde.

Figura 3: Emissão de CO2 per capita



Fonte: World Bank 2021

Nota: O tamanho da bolha representa a quantidade de emissões de carbono entre os seis maiores emissores.

3.2 Vulnerabilidade Externa

A vulnerabilidade externa da economia brasileira tornou-se uma preocupação ao país a partir da implantação do plano real, tendo como principais fatores que a ocasionam: os déficits em conta corrente, a abertura excessiva da conta de capital e a negativação das reservas internacionais. Esta seção dará enfoque ao primeiro fator, e na sequência apresentar dados da troca bilateral entre os dois países estudados.

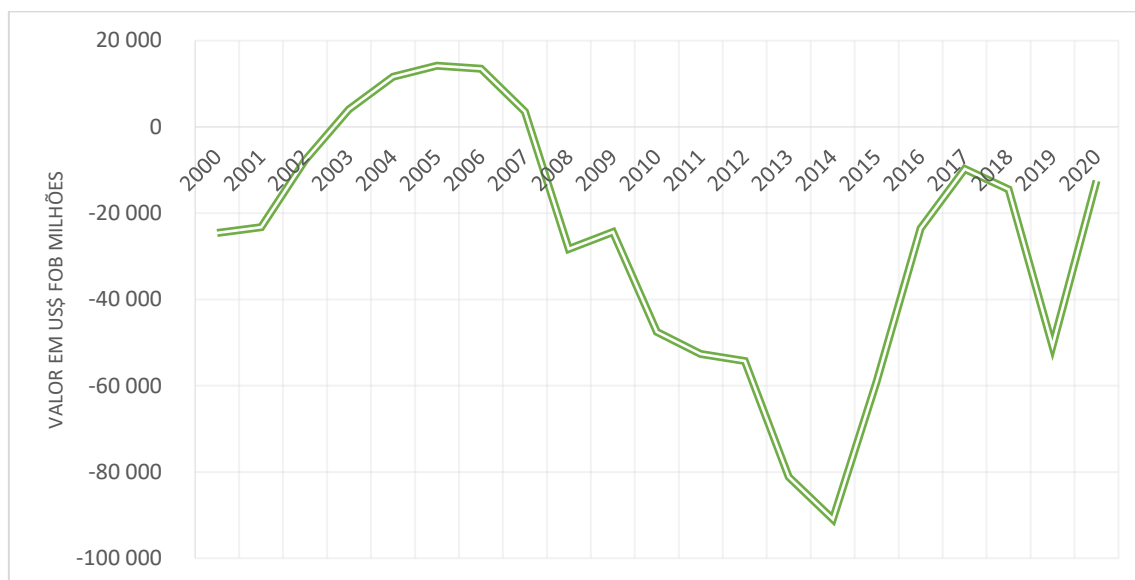
Um dos fatores determinantes para que uma economia seja vulnerável é a existência recorrente de déficits na conta corrente. Este cenário tem potencial de levar o país a uma crise no balanço de pagamento, ainda que o principal argumento para manter tais condições é que déficits nas contas correntes implica em poupança externa. No entanto, conforme Bresser Pereira,

“quando o país entra em déficit em conta corrente, sua taxa de câmbio se aprecia e, em consequência, (1) os rendimentos do trabalho(salários) e do capital (juros, aluguéis e dividendos) aumentam em termos reais, (2) o consumo aumenta, (3) a competitividade das empresas e os lucros esperados caem e, assim, (4) empresas são desestimuladas a investir, enquanto trabalhadores são estimulados a consumir.”

O autor nos mostra, portanto, que a entrada de recurso no país proveniente de déficits de conta correntes aprecia a moeda e resulta na substituição de poupança interna pela externa, levando ao aumento no consumo e desestímulo nos investimentos.

O gráfico a seguir mostra o comportamento das transações correntes (TCs) brasileiras ao longo do período de 2000 a 2020. Nota-se que ao logo do período analisado o cenário é majoritariamente deficitário, inicialmente resultado da implantação do Plano Real, momento em que o país apresentava um panorama que englobava juros altos e o câmbio sobrevalorizado. Em um curto período, que é abrangido pelos anos a 2003 a 2007, saldo apresentou um superávit, que pode ser explicado pelo aquecimento da economia mundial e pelo *boom* nos preços das *commodities*. A partir de 2008, com os reflexos da crise mundial causada pelo a bolha imobiliária nos EUA e questões estruturais interna durante os dois governos Dilma, as TCs voltam ao cenário de saldos negativos, chegando ao menor patamar em 2014. Durante o governo Temer houve um ajuste nas variáveis externa com a agenda mais de linha ortodoxa, mas mantendo-se deficitárias as contas correntes. Em 2019, o saldo das transações correntes ficou em 50,7 bilhões de dólares dando a crise causada pelo novo Coronavírus, onde apesar de um saldo positivo na balança comercial, registrou-se uma queda expressiva na conta de serviços e de renda primária, já em 2020 o saldo apresentou o melhor resultado de 2007, justificado pela melhora na renda primária.

Gráfico 1: Transações correntes

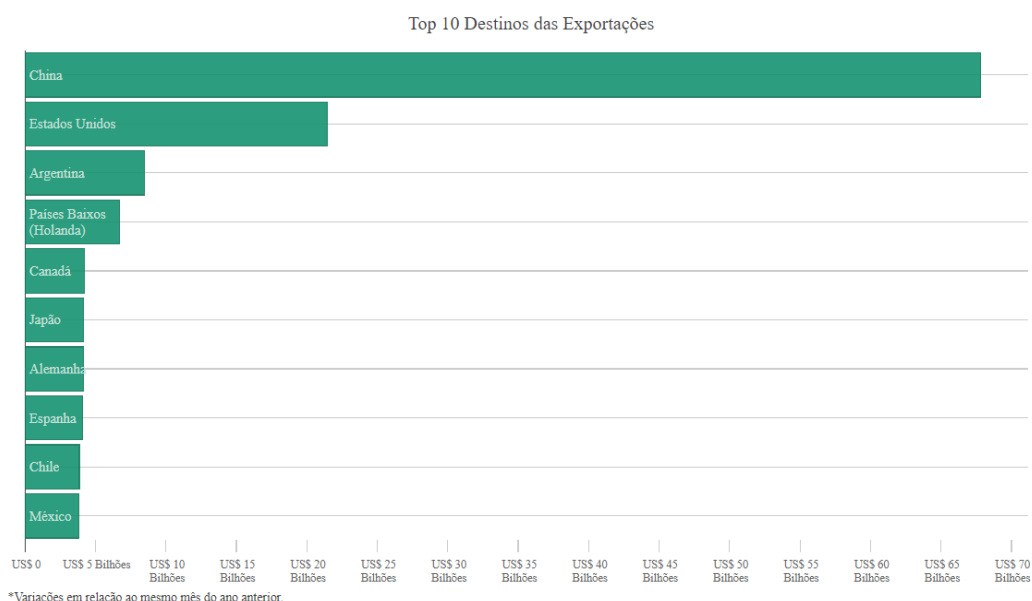


Fonte: BCB – Banco Central do Brasil; elaboração própria

Feita uma breve análise, uma vez que o trabalho não pretende ser exaustivo ao tema, adentrar-se-á na relação entre as economias brasileira e chinesa, expondo os principais dados econômicos que tornam tal estreitamento tão expressivo. Apesar das primeiras relações entre os dois países terem se dado desde os anos de 1949 com foco mais diplomáticos e retomado nos anos de 1970 com os avanços da globalização. É a partir dos anos 2000 que essa relação passa a ter maior grau de importância, uma vez que os dois países apresentavam objetivos de pauta internacional similares. Em 2009, a China torna o principal parceiro comercial do Brasil, ficando à frente do Estados Unidos, em razão do aumento expressivo na demanda do país chinês por *commodities* agrícolas e minerais.

A figura 4 mostra que a China é o principal parceiro comercial ocupando o primeiro lugar entre os dez destinos principais das exportações brasileira totalizando um volume aproximado a US\$70 bilhões em 2020.

Figura 4 – Top 10 destinos das exportações



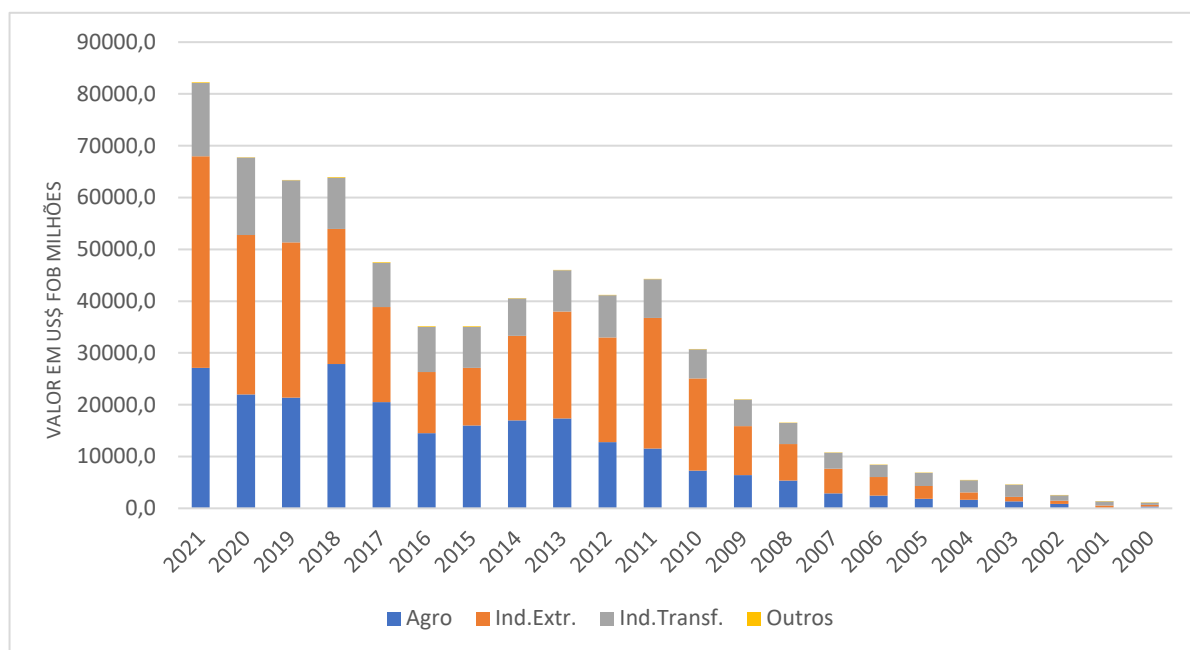
Fonte e elaboração: Comexstat/MIDC

Ao analisar, os dados de exportação e importação no período que se inicia em 2000 e em 2020, podem-se verificar o avanço da relação entre os dois países. A ascensão de tal parceria começa sua trajetória em 2003 chegando a níveis recordes em 2008, a exportação brasileira superando um volume US\$190 milhões em que mais de US\$18 milhões foram destinados à China. Em 2009, com os efeitos da crise internacional os números de exportação brasileira desaceleraram, mas é possível observar que o volume foi assegurado pelas vendas ao país asiático.

Em 2010, o presidente Lula e Hu Jianto assinam um acordo bilateral chamado de Plano de Ação Conjunta, o qual tem o objetivo de estabelecer metas e mecanismos de cooperação entre as duas nações. É possível observar que desde então o crescimento ainda mais acelerado da relação comercial, tanto no tocante a exportação quanto a importação. O gráfico a seguir visualiza-se a trajetória do crescimento das importações e exportações entre China e Brasil, valendo-se acrescentar que em 2020 foi registrado um crescimento recorde de 4 pontos percentuais em relação a 2019. Com a crise mundial do Coronavírus e a peste suína na China, aumentou-se a demanda de forma acentuada por soja, minério de ferro e petróleo, além da necessidade de carne bovina.

Nota-se a importância das relações abertura comercial dos países, especialmente no que diz respeito a relação sino-brasileira, no entanto, observa-se que evolução das variáveis comercial obtiveram progresso em razão do crescimento chinês e sua necessidade por produtos básicos.

Gráfico 2: Exportações Brasileiras – Destino China



Fonte: Comexstat/MIDC; elaboração própria

Gráfico 03 – Exportação Brasil e China 2020 - Principais produtos – Bilhões US\$



Fonte: Comexstat/MIDC; elaboração própria

Se o Brasil de 20 anos atrás tivesse sido diferente do que foi, a situação da economia e população portanto seria da mesma forma que é hoje? Atualmente encontramos um país subdesenvolvido com um histórico totalmente reverso a economia de outros países, o Brasil atualmente possui 14,8 milhões de pessoas,

sendo 14,6% desse total equivale a desempregados ou que se encontram em trabalho informal, diante de uma economia atual pós-covid-19 faz termos certeza que o país continuará abaixo do guarda-chuva do setor de serviços e commodities, pela simples razão de que é a forma que ele arrecada dinheiro e ocorre investimento no país. Em 2000 o país estava sendo adaptado após implementação de nova moeda no país e, se preparando para uma grande eleição em 2002 onde prometia-se equilibrar a taxa de juros que na época estava em 19,01% e ajustar o desemprego para a população, o presidente Lula havia liderado as campanhas e pesquisas prometendo um Brasil diferente do que víamos anteriormente.

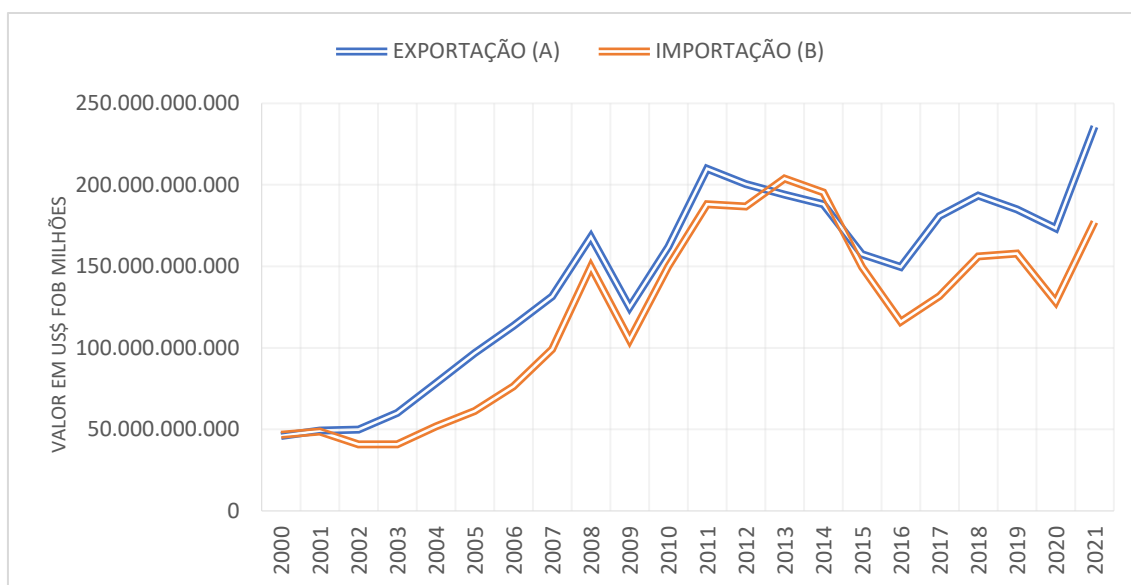
Diante de uma alteração de moeda em 1994 e alguns anos para ajuste da economia para essa nova realidade, o país encontrou-se estagnado em suas exportações e importações durante os anos de 1997 a 2001. Com o balanço no mercado com a nova eleição, o ex-presidente Lula vendeu-se como salvador de uma economia estagnada, prometendo manter a política economia do governo anterior FHC, porém resultando em tirar o país da situação de pobreza, fazendo com que tenha maiores empregos formais, diminuindo inflação e alavancando o PIB.

O principal foco do Brasil tem sido a exportação de matéria prima e a importação do produto final, isso faz com que o país fique dependente dos outros países para que tenham seus produtos finais internamente, ou seja, caso não houvesse mercado externo para a compra da matéria-prima, o país possivelmente quebraria, principalmente pelo fato de ter um déficit em mão de obra qualificada. De acordo com o gráfico 4, é possível observar no decorrer dos últimos 20 anos como o país estava condicionado a ter maior volume de exportação, o *boom* das *commodities* apresentou a partir de 2008, quando houve a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque. De acordo com a economista Laura Carvalho,

“A fragilidade da indústria tornou-se mais clara após a crise de 2008-9, quando começou a haver um descolamento cada vez maior entre comércio varejista, que volta a crescer ao ritmo do pré-crise, e produção industrial, que, por sua vez, cresceu muito mais lentamente. Se o comércio crescer e a indústria não, é porque os produtos comprados estão sendo produzidos em outro lugar. De fato, o total de importação do país cresceu 103,4% no acumulado entre o fim de 2005 e o fim de 2010, em termos de reais. Ou seja, aquela dinâmica de crescimento do consumo e do investimento estava, em boa parte, vazando para fora do país. [...] Uma das explicações para isso é a própria valorização do real no período, posto que o dólar baixo barateia os produtos importados” (Valsa Brasileira, cap 1, pg 43).

Conforme divulgado através do site do Ministério da Economia, os valores exportados para os países asiáticos tem sido nosso maior volume desde 2001, mesmo após a crise de 2008 nosso volume de exportação foi um total de US\$ 168 bilhões, o ano seguinte apresentou uma queda de US\$ 43 bilhões, porém nos demais anos seguiram com o aumento, oscilando somente em 2014 com a troca de governo no Brasil.

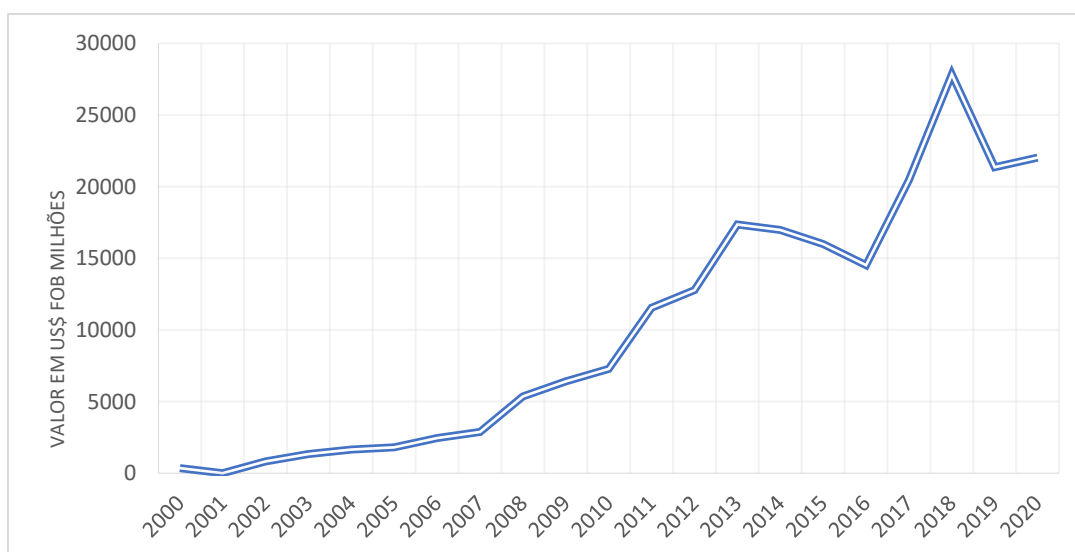
Gráfico 04: Importação e exportação para China



Fonte: Comexstart; elaboração própria

Seguindo o mesmo período equivalente aos 20 anos, é possível observar que o volume de cargas de agronegócios exportadas para a China tem recebido um aumento desde os anos 2000, alcançando seu maior pico em 2018, porém ocorre seu declínio em 2019 por razões do início da COVID-19 no país asiático que após esse período foi passado para o restante do mundo. No decorrer dos anos, o volume de exportação acaba aumentando, fazendo com que o Brasil fique inerente da economia Chinesa, visto que o maior volume de cargas exportados é para eles.

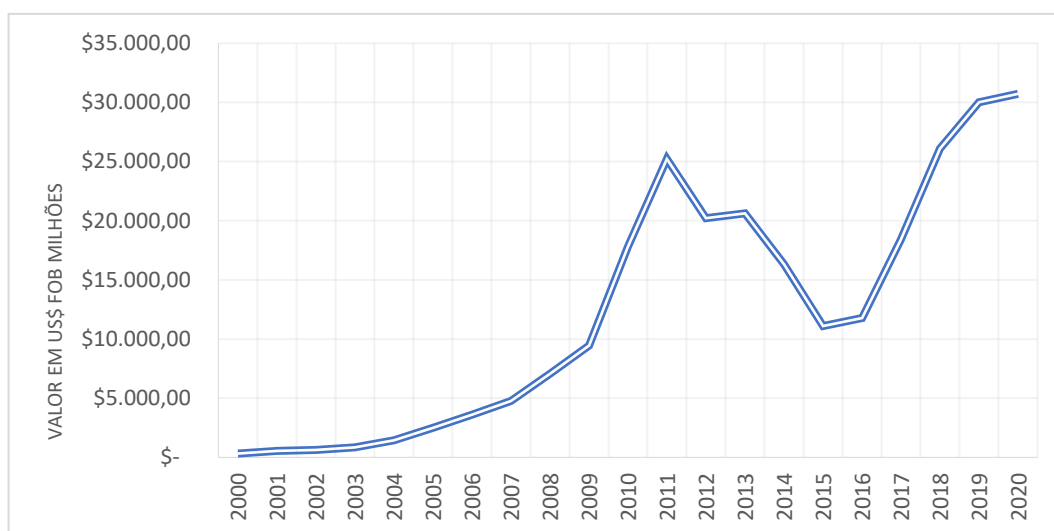
Gráfico 05: Exportação de agronegócio



Fonte: Ministério da Economia; elaboração própria

Para indústria extrativa houve o boom durante os anos de 2009 até 2012 pela ânsia e anseio de conseguir um mercado melhor e preços mais atraentes, houve um volume de exportação para a china de US\$ 19 milhões de minério de ferro e, após o ano de 2012 começou a ocorrer queda de exportações por razões de queda nos preços e o mercado acabou desaquecendo fazendo com que houvesse maior volume somente a partir de 2016.

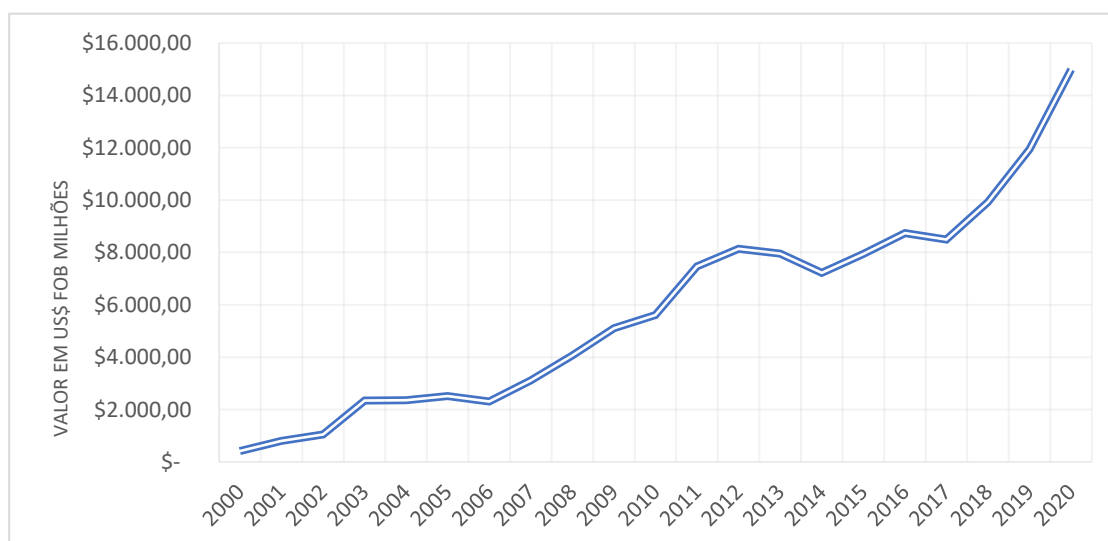
Gráfico 06: Exportação de Industria Extrativa



Fonte: Ministério da Economia; elaboração própria

Os produtos brasileiros encontram-se nos países asiáticos, e o volume de exportação do mercado tem crescido de acordo desde os anos 2000. Mas, de acordo com o gráfico abaixo, houve um pico durante os anos 2011 a 2014 cujo são produtos exportados de fabricação de papel e açúcar, ceteris paribus para os demais anos.

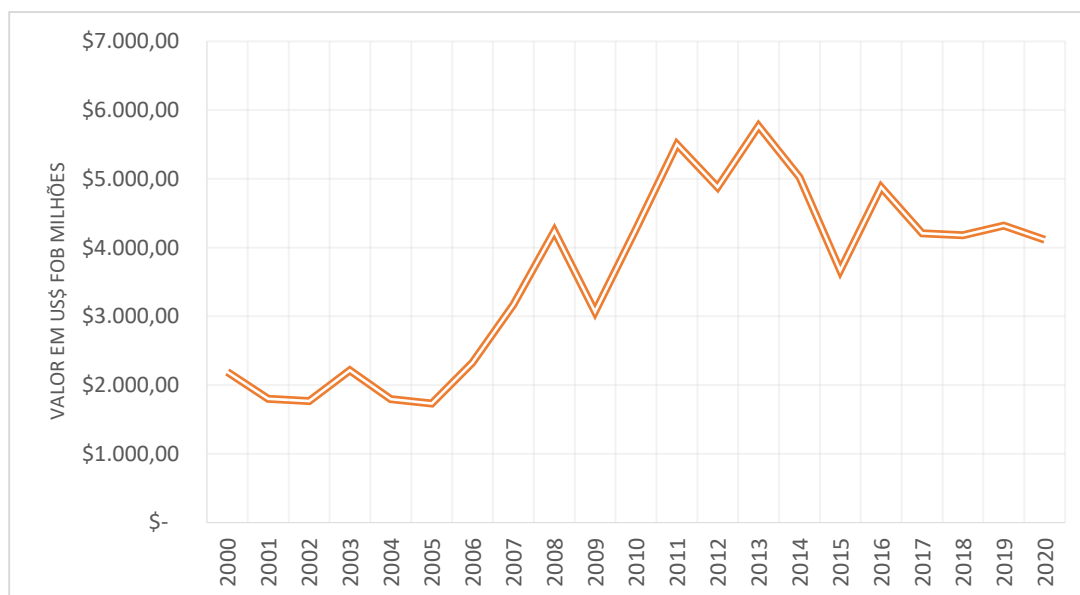
Gráfico 07: Exportação de Industria de Transformação



Fonte: Ministério da Economia; elaboração própria

O volume de produtos importados da China para agronegócio não é volumoso conforme encontramos da exportação para do Brasil, pois o agronegócio não é um mercado forte quanto para o Brasil. Observa-se no gráfico e de acordo com o CEPEA em 2008 a China foi o principal parceiro de importação de agronegócio, sendo o principal produto agro importado o complexo de soja.

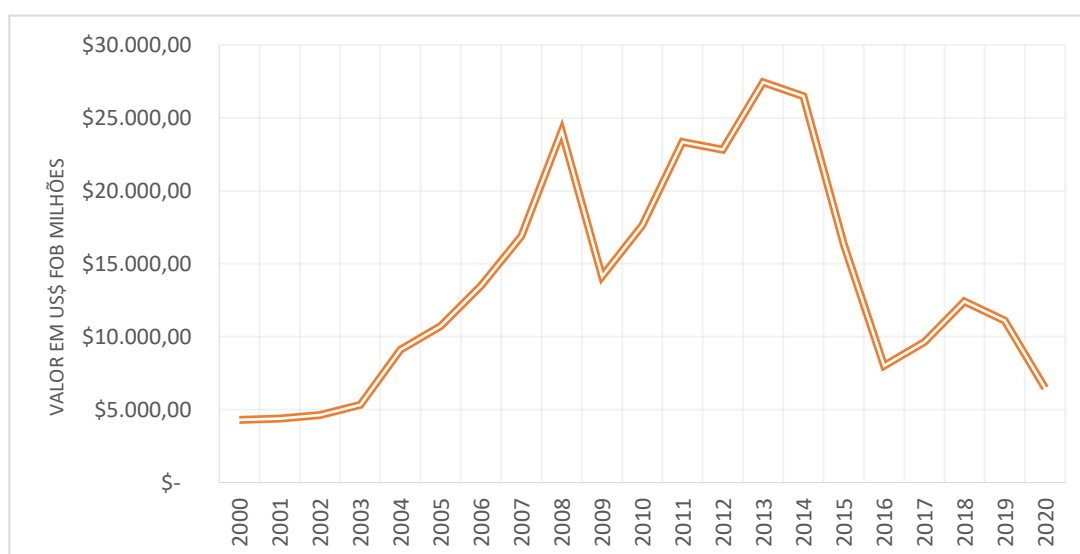
Gráfico 08: Importação de agronegócio



Fonte: Ministério da Economia; elaboração própria

A importação da Indústria extrativa, assim como outras importações tiveram quedas em 2016, que tem relação com o momento recessivo da economia no Brasil.

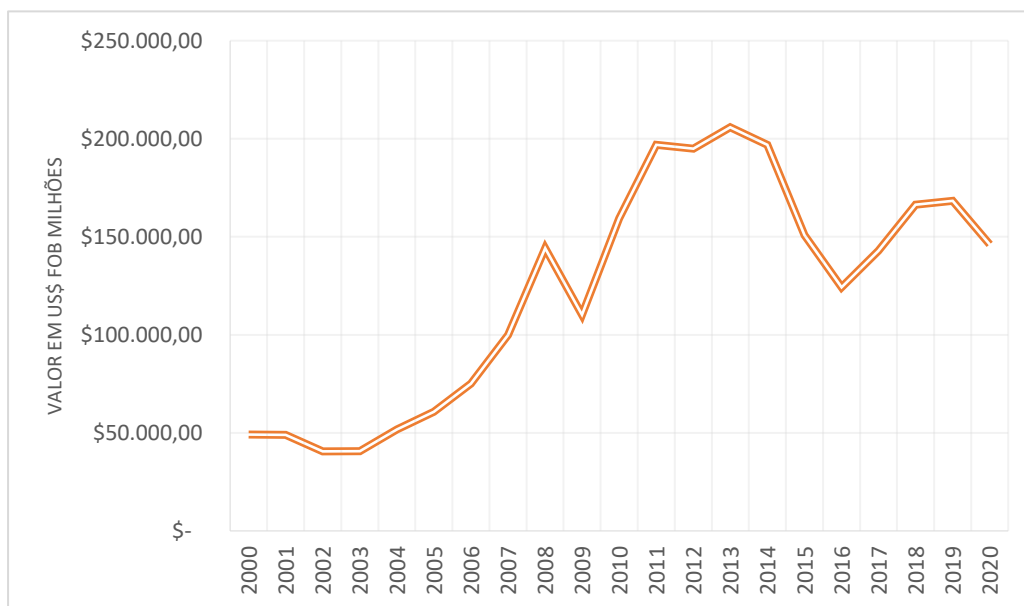
Gráfico 09: Importação de Indústria Extrativa



Fonte: Ministério da Economia; elaboração própria

Com a quebra da bolsa de Nova Iorque, a economia seguiu regressando durante o ano de 2009, por reflexos de 2008, porém durante os anos de 2010 até 2015 tivemos um aumento na importação de produtos de transformações do Brasil na China, sendo o principal produto fabricação de motores de carros e produtos petrolíferos.

Gráfico 10: Importação de Indústria de Transformação



Fonte: Ministério da Economia; elaboração própria

3.4 Evolução do PIB na economia brasileira

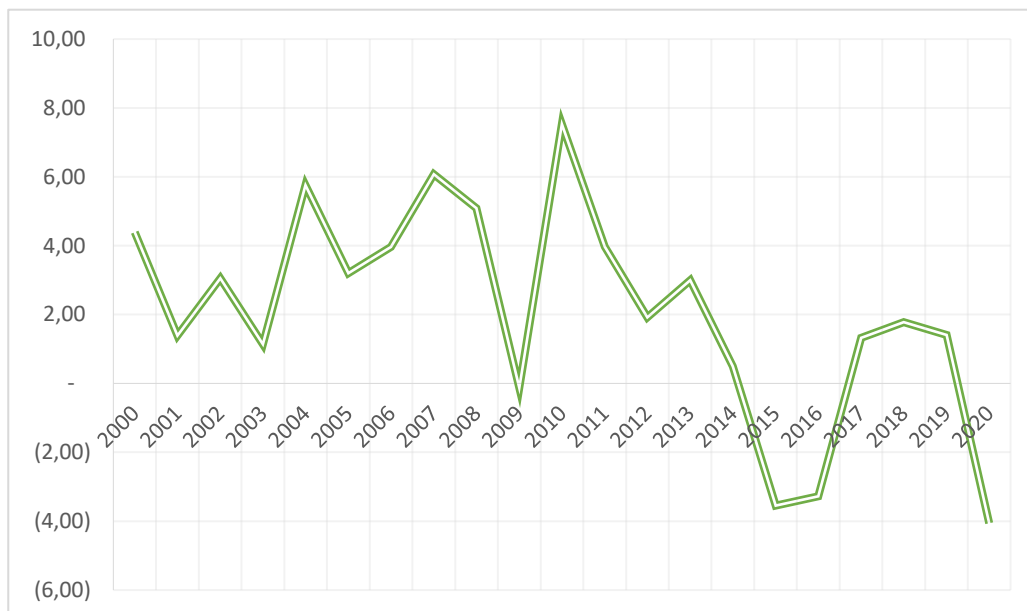
Durante os últimos 20 anos da economia brasileira, o PIB passou por diversas variações por razões de acontecimentos dentro do nosso país ou na economia internacional. A partir dos anos 2000 o Brasil começou a implementar as metas de inflação, fazendo com que o país entrasse em regressão para conter gastos, ocorrendo a diminuição da taxa de juros. De acordo com o gráfico (xx), é possível observar onde é demonstrado a situação da economia brasileira através do PIB.

Através dos anos de 2000-2008, é possível observar que na economia não ocorreu picos bruscos, em 2001 ocorreu a entrada do novo governo, então o mercado recebeu a informação com queda no PIB, porém apenas após a crise de 2008 onde foi demonstrado o resultado no ano de 2009 o PIB teve uma queda de -0,13% conforme explica a economista Laura Carvalho,

“Naquela ocasião, o presidente Lula foi a TV para tranquilizar e convencer a maioria dos brasileiros de que o Brasil poderia superar a crise: tinha vultosas reservas internacionais, contava com a força do mercado interno e o comando do governo. Após anunciar diversas medidas de estímulo a economia, Lula garantiu que os investimentos governamentais não seriam cortados e pediu a colaboração de todos: os empresários deveriam seguir investindo e as famílias não poderiam ter medo de consumir. “Se você não comprar, o comércio não vende [...] e aí a fábrica produzirá menos”, explicou. [...] No entanto, é verdade que já no segundo trimestre de 2009, a economia voltou a crescer 2,3%, mantendo um crescimento superior à média dos países

da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) até meados de 2011.” (Valsa Brasileira, cap 1, pg 37).

Gráfico 11: PIB Brasil – Variação % real no ano



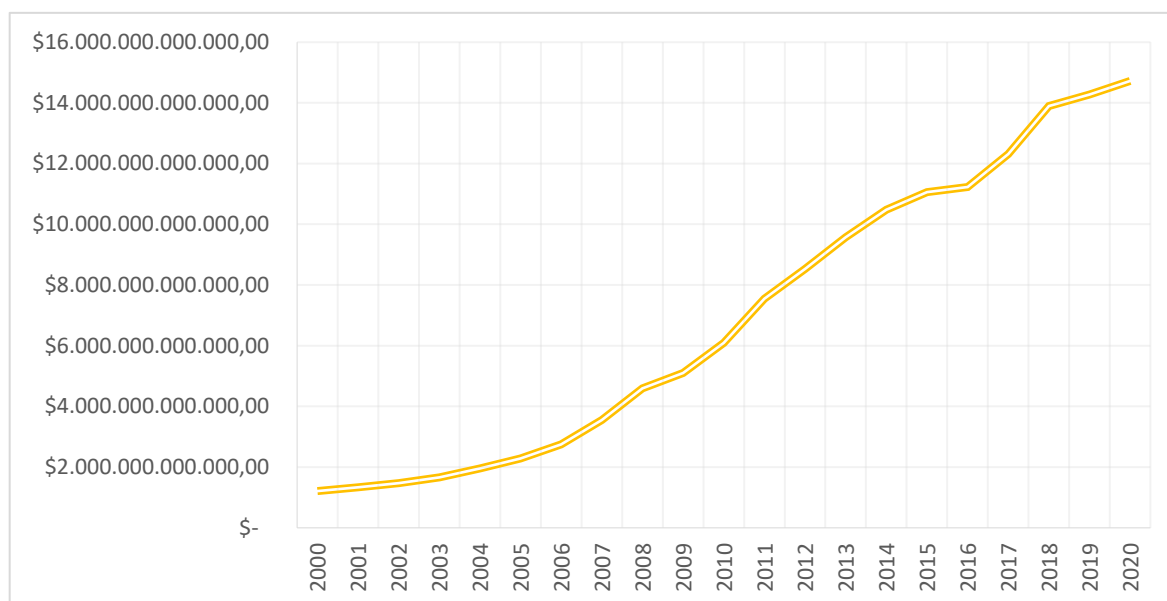
Fonte: IBGE; elaboração própria

3.5 Evoluções do PIB na economia chinesa

Anteriormente aos anos 2000 a economia chinesa não fazia parte das principais economias, até que o governo de Deng Xiaping iniciou reformas econômicas cujo apontaram resultados positivos na economia e nas contas nacionais, além de resultados como redução da pobreza na população. Com um alto volume de população economicamente ativa e a balança comercial sempre positiva e em crescimento, o PIB da China encontra-se crescente positivamente juntamente com o crescimento do país. O volume de quantidade de produtos exportados para outros países acaba sendo menor que o volume de produtos estrangeiro entrando no país.

Com o grande investimento que o governo Chines realiza no país, sendo eles investimento em estatais para melhoria de energia, indústria, educação, o país acaba não tendo problema com mão de obra qualificada, resultando então em um país com alta tecnologia, que hoje, é exportada para grande parte do mundo com sua produção de recursos eficiente, qualificada e rápida. De acordo com o gráfico abaixo, é possível observar o crescimento do PIB no decorrer dos anos.

Gráfico 12: PIB China – Milhões US\$



Fonte: World Bank; elaboração própria.

4. CONCLUSÃO

O intuito de realizar o artigo sobre os aspectos da China através da economia brasileira foi para demonstrar através de dados e pesquisa a situação do Brasil perante a China. De acordo com o início da pesquisa onde trata-se da teoria da dependência, apesar de complexa nos leva a entender que o atraso no desenvolvimento não se dá somente por fatores externos, mas por uma série de fatores ligado a estrutura e ações determinantes para o processo de desenvolvimento de um país e os países possuem um grau de dependência dos outros e a situação do Brasil hoje equivale a dependência de produtos manufaturados e tecnologia, fazendo com que o resultado de importação seja grande perante a China onde importamos produtos da indústria de transformação e exportamos produtos de indústria extrativa e agronegócio.

A China é considerada um país subdesenvolvido e é um dos países que apresenta maior poder de compra, cujo está como a segunda potência mundial. A China até 1978 era focada em atividades rurais e um país empobrecido, mas com a entrega do partido comunista no comando, o governo iniciou tratativas para ter foco em investimentos, tecnologia, infraestrutura e modernização com produções em grande escala e foco em mão de obra qualificada, rápida e barata.

O Brasil tem passado por diversas situações durante o período estudado de 20 anos, com a quebra da bolsa de Nova Iorque em 2008, tivemos um déficit no PIB que resultou em maior investimento interno (por não ter investimento externo) e gastos internamente pelo mercado não estar seguro. Durante o período, o Brasil começou a estreitar seu relacionamento com a China, resultando hoje o país com maior grau de importância em sua carteira de negócios. Na visão do grupo, a China tornou-se o país essencial para a economia brasileira, e em nossa visão, a economia brasileira não suportaria uma saída da China da relação de nossos negócios, onde encontra-se a nossa dependência. A vulnerabilidade externa está ligada a diversidade de produção,

custos na produção, avanços tecnológicos e possibilidades de investimentos. Existem três fatores que tornam o nosso país vulnerável, sendo eles: déficit na conta corrente, transações correntes negativas e insuficiência da conta capital, sendo falta de investimento e moeda de dólar.

Em linhas gerais, a economia brasileira precisa de melhoras em investimentos interno, sendo eles: tecnologia, educação, modernização e melhora na infraestrutura (ruas, acesso a internet...) para que o mesmo seja refletido ao mercado externo e não seja tão dependente de outros países, mas, não é possível fazer uma comparação justa junto a China, visto que a população deles é maior que a do Brasil, contudo, maior número de pessoas para trabalho e mão de obra qualificada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMI, A. Exportações do agronegócio à china: preços x câmbio. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opinio- cepea/exportacoes-do-agronegocio-a-china-precos-x-cambio.aspx>> Acesso: 20 nov. 2021.

ALVARENGA, D. Desemprego recua para 14,1% no 2º trimestre, mas ainda atinge 14,4 milhões, aponta IBGE <Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/08/31/desemprego-fica-em-141percent-no-2o-trimestre-diz-ibge.ghtml>> acesso: 13 out. 2021.

Balança Economia. Resultados do Comércio Exterior Brasileiro - Dados Consolidados. Disponível em: <https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html> 24 out. 2021.

BOFF, Leonardo. O que é sustentabilidade. Disponível em: <<http://www.insea.org.br/leonardo-boff-o-que-e-sustentabilidade/>> 04 out. 2021.

CARIO. A. F. S. A teoria da dependência nas perspectivas de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. Disponível em: <<http://apec.pro.br/rce/index.php/rce/article/view/76/56>> acesso: 24 out. 2021.

CARVALHO, L. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

Data Sebrae. Conhecer o PIB te ajuda a entender o passado e programar o futuro .Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/pib/?pagina=evolucao-do-pib&ano=2009>> 11 nov. 2021.

World Bank. GDP (current US\$). Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=CN>> Acesso em: 01 dez. 2021.

GRAVAS, D. Dependência comercial do Brasil em relação à China é recorde e deve aumentar. Disponível em: <<https://www.cebc.org.br/2021/02/18/dependencia-comercial-do-brasil-em-relacao-a-china-e-recorde-e-deve-aumentar/>> Acesso: 15 nov. 2021

GOVBR. Balança Comercial - Dados consolidados. Disponível em:
<<https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>> acesso: 20 nov. 2021.

LACERDA, A. BOCCHI, J. REGO, J. BORGES, M. MARQUES, R. Economia Brasileira. São Paulo: Saraiva, 2018.

LORENZI. S. Queda no preço do minério derruba lucro da Vale .Disponível em:
<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/10/queda-no-preco-do-minerio-derruba-lucro-da-vale-1.html>> 04 nov. 2021

VADELL, J. A Expansão Econômica e Geopolítica da China no Século XXI. Belo Horizonte: Puc Minas, 2021

World Bank. The World Bank In China. Disponível em:
<<https://www.worldbank.org/en/country/china/overview#1>> 24 out. 2021